



## CAPITULO V

### 5. DA GESTÃO FISCAL

#### 5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos, o qual contém informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro do exercício de referência, às inscrições em restos a pagar e o demonstrativo simplificado do referido relatório, conforme demonstram os anexos a seguir:

##### 5.1.1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, visa transparecer a despesa com pessoal de cada um dos Poderes e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A LRF determina que no máximo 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado pode ser aplicada em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados de gastos por Poder e Órgão.

TABELA 176

#### ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

RGF - ANEXO I (LRF, art SE inciso I, atines a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	7.217.248.378,98	539.324,44
Pessoal Ativo	5.287.292.014,02	1.451,89
Pessoal Inativo	1.559.411.926,19	
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (5º do art. 18 da LRF)	370.544.438,77	537.872,55
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 de LRF) (II)</b>	860.171.903,78	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	69.632.067,76	
Despesas de Exercícios Anteriores	57.645.011,31	
Inativos com Recursos Vinculados	732.894.824,71	
<b>D SP S. LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I -</b>	6.357.076.475,20	539.324,44
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP (IV) = (III</b>	b) 6.357.615.799,64	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA RCL (V)</b>	14.418.477.503,79	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP sobre a RCL (IV/V) * 100</b>	44,09	
<b>LIMITE MÁXIMO (Incisos 1,11 e III, art. 20 da LRF) - 48,60%</b>	7.007.80.066,84	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,1% (95% do Limite Máximo)</b>	6.657.011.063,50	
<b>LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74% (90% do limite Máximo)</b>	6.306.642.060,16	

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD: 30103)201516:47

Notas: 1: Durante o exercício, SOIILLELIC as despesas liquidadad são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas elo

Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa fomo, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, aos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas ao encerramento do exercício.

2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência.

3: Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 223010-TCE.

4: O Regime Previdenciário esta composto pelo Regime Próprio doo Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP).



A referida Lei fixa para o Poder Executivo o limite de 48,60% da Receita Corrente Líquida. As Despesas com Pessoal do Poder Executivo representam 44,09% da Receita Corrente Líquida, valor dentro dos limites estabelecidos.

## 5.1.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida - DCL, Anexo II do RGF, demonstra a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, e de exercícios anteriores menos às disponibilidades e os haveres financeiros. Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais.

TABELA 177

### ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º trimestre	Até o 2º trimestre	Até o 3º trimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.980.854.716	6.886.763.798	7.100.012.668	8.501.127.953
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	6.366.878.846	6.272.787.928	6.486.036.797	7.853.594.579
Interna	3.618.936.058	3.695.334.731	3.890.279.414	4.536.374.045
Externa	2.747.942.788	2.577.453.197	2.595.757.383	3.317.220.534
Prestatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	613.975.870	613.975.870	613.975.871	647.533.374
Demais Dividas	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	3.039.952.320	3.674.560.360	2.732.581.056	2.416.144.596
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.241.149.035	3.691.205.705	2.746.523.778	2.549.452.952
Demais Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Prestatórios)	201.196.715	16.645.345	13.942.722	133.308.356
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	3.940.902.396	3.212.203.438	4.367.431.612	6.084.983.357
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.379.882.290	13.782.967.945	14.150.077.861	14.418.477.504
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	52,17	49,97	50,18	58,96
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	29,45	23,31	30,87	42,20
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO	200,00	200,00	200,00	200,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	180,00	180,00	180,00	180,00
<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	6.366.878.845	6.272.787.928	6.486.036.799	7.853.594.579
DÍVIDA DE PPP (V)	0	0	0	0
PARCELAMENTO DE DIVIDAS (VI)	84.619.394 <sup>1</sup>	82.312.415	79.962.065	88.973.673
De Tributos	0	0	0	0
De Contribuições Sociais	84.619.394	82.312.415	79.962.065	88.973.673
Previdenciárias	29.016.465	30.161.317,15	30.614.448	36.970.826
Demais Contribuições Sociais	55.602.929	52.151.098,22	49.347.617	52.002.847
Do FGTS	0	0	0	0
Com Instituição não financeira	0	0	0	0
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	5.117.706.988	5.035.683.106	5.289.281.147	6.707.339.690
Interna	2.531.588.599	2.603.646.920	2.827.140.725	3.524.691.654
externa	2.586.118.389	2.432.036.186	2.462.140.422	3.182.648.036
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.164.552.463	1.154.792.406	1.116.793.587	1.057.281.216
União	1.002.728.065	1.009.375.395	983.176.625	922.708.718
Outras Dividas	161.824.398	145.417.010	133.616.962	134.572.498
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0	0	0	0
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0	0	0	0
DEPOSITOS	0	0	0	0
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	105.004.692	95.893.082	72.369.474	75.315.528
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTARIA-ARO	0	0	0	0
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º trimestre	Até o 2º trimestre	Até o 3º trimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PROVIDENCIÁRIA (IX)	49.825.712.262	49.825.712.262	49.825.712.262	152.418.119.338
Passivo Atuarial	49.825.712.262	99.825.712.262	49.825.712.262	152.918.119.338
Demais Dividas	0	0	0	0
DEDUÇÕES gr	134.466.816	85.837.529	93.076.582	171.878.267
Disponibilidade de Caixa Bruta	134.469.339	85.840.052	93.079.105	172.105.288
Investimentos	0	0	0	0
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	2.523	2.523	2.523	227.021
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0	0	0	0
DIV. CONSOL. LÍQUIDA PROVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	49.691.245.446	49.739.874.733	49.732.635.680	152.246.241.071

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 26/03/2015 17:01

Nota 1: No saldo da Disponibilidade de Caixa estão incluídos os recursos das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Dependentes, e excluídos os recursos do SUPSEC, PREVMILITAR, PREVD e de FPP.

Nota 2: O Regime Previdenciário é composto pelo SUPSEC, PREVMILITAR, FREVO E FPP.

Nota 3: O Valor do Passivo Atuarial apresentado no Quadro da Dívida Consolidada Previdenciária foi extraído da última avaliação atuarial do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial-DRAA 2014, data-base 12/2013.



Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2014 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 6.084.983.357,00, o que representa um aumento nominal de R\$ 2.144.080.961,00, se comparado ao mesmo período do exercício de 2013. Vale ressaltar, que embora tenha ocorrido uma elevação sensível da DCL, o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 42,20% da Receita Corrente Líquida.

### 5.1.3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo III do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida. No exercício de 2014, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$ 870.955.093,00, representando 6,04% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas era de R\$ 851.191.449,00, equivalente a 6,36% da RCL.

TABELA 178

#### ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

RGF - NEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 9º) (RS 1,00)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATE O 2º QUADRIMESTRE	ATE O 3º QUADRIMESTRE
EXTERNAS (I)	192.274.999	177.790.354	178.076.599	204.388.628
Aval ou fiança em operações de crédito	192.274.999	177.790.354	178.076.599	204.388.628
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
INTERNAS (II)	658.916.450	668.723.473	663.031.308	666.566.465
Aval ou fiança em operações de crédito	658.916.450	658.723.473	663.031.308	666.566.465
Outras garantias nos termos da LHE	0	0	0	0
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (IN= (I + II))</b>	<b>851.191.449</b>	<b>836.513.827</b>	<b>841.107.908</b>	<b>870.955.093</b>
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	13.379.882.290	13.782.967.945	14.150.077.861	14.418.477.504
%DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	6,36	6,07	5,94	6,04
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO N°43/01, DO SENADO FEDERAL 22%	22,00	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LR	19,80	19,80	19,80	19,80
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>	<b>SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014</b>		
		<b>ATÉ O</b>	<b>ATÉ O</b>	<b>ATE O</b>
		<b>1º QUADRIMESTRE</b>	<b>2º QUADRIMESTRE</b>	<b>3º QUADRIMESTRE</b>
EXTERNAS (V)	0	0	0	0
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0	0	0	0
Outras Garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
INTERNAS (VI)	0	0	0	0
Aval ou fiança em operações de crédito	0	0	0	0
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS REC.(VII) = (V+VI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECA D, 26/03/2015 17 08  
Nota: O Estado do Ceará não possui Contragarantias

### 5.1.4 Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. Cabe destacar que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de lei orçamentária. As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas.

As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2014, o montante de R\$ 1.633.746.799,00, o que representa 11,33% da RCL.

TABELA 179  
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

RGF - ANEXO 4 (LRF, ml. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1 00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	1.051.955.981	1.633.746.799
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.051.955.981	1.633.746.799
Interna	746.122.161	1.205.362.761
Abertura de Crédito	746.122.161	1.205.362.761
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	305.833.820	428.384.038
Abertura de Crédito	305.833.820	428.384.038
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO	0	0
Parcelamentos de Dívidas	0	0
De Tributos	0	0
De Contribuições Sociais	0	0
Previdenciárias	0	0
Demais Contribuições Sociais	0	0
Do FGTS	0	0
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0	0
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0	0
Amparadas pelo art.9-N da Resolução nº 2.827/01 do CMN	0	0
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.418.477.504	
OPERAÇÕES VEDADAS	0	0
Do Período de Referência (011)	0	0
De Períodos anteriores ao de Referência	0	0
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	<b>1.633.746.799</b>	<b>11,33</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.306.956.401	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	2.076.260.761	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0	0
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.009.293.425	7,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV+IIa)</b>	<b>1.633.746.799</b>	<b>11,33</b>

FONTE S2GPR; COTES/CECAD; 31/03/2015 20:01

Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada



### 5.1.5 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações. A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito; e dos Restos a Pagar.

TABELA 180

ANEXO VII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

LRF, art. 48 - Anexo 7

(R\$ 1,00)

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% <b>SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - TDP	7.691.070.557	53,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	8.651.086.502	60,00
<u>Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt; % &gt;</u>	8.218.532.177	57,00
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR	% <b>SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	6.084.983.357	42,20
<u>Limite Definido por Resolução do Senado Federal</u>	28.836.955.008	200,00
<u>GARANTIAS DE VALORES</u>	VALOR	% <b>SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	870.955.093	6,04
<u>Limite Definido por Resolução do Senado Federal</u>	3.172.065.051	22,00
<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR	% <b>SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	1.633.746.799	11,33
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.125.484.735	16,00
<u>Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita</u>	1.1119.293.425	7,00
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	<b>SUFICIENCIA/INSUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	135.295.514	2.025.087.999

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2015 13:31

† Exclui "Pensionistas".

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro dos gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.


A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2014, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todos os servidores das Contadorias Direta e Indireta - CECAD e CECAI, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 01 de abril de 2015.

  
MARIA DOL S PEREIRA  
Orientadora da CECAD  
CRC-CE 5.806/0-5

  
ROSA LIDUINA TEIXEIRA DIONS NOGUEIRA  
Orientadora da CEC  
CRC-CE



## **CAPITULO VI**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Coordenadorias do Tesouro Estadual e de Gestão Financeira, COTES e COGEF, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaboraram o relatório do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2013, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2014, alcançou superávits orçamentário, financeiro e patrimonial. Também, demonstrou *superavit* no resultado primário e *deficit* no resultado nominal. Isto evidencia uma gestão fiscal voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da sociedade cearense.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaque-se, ainda, o fortalecimento da estrutura econômica local onde foram tomadas medidas objetivas que possibilitaram maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos e solidez do ajuste fiscal, que propiciaram a recuperação da capacidade de investimentos do Estado do Ceará.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Cabe salientar que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público à disposição do Governo, visa a atingir a consciência necessária para o exercício do controle social das contas públicas, de forma que o governo e a sociedade possam caminhar na direção de melhores resultados pela correta destinação de recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento e à crescente melhoria da qualidade de vida da sociedade cearense.

Não podemos deixar de enfatizar o advento do novo mundo da Contabilidade Pública com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP que, a par da retomada do Patrimônio Público como o centro das atenções da ciência contábil, apresenta inovações que reforçam o cumprimento das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Lei Federal nº 4320/64. Neste contexto, o Estado do Ceará implementou, desde 2012, pioneiramente no país, um novo Sistema de Administração, especialmente, o módulo de Contabilidade que está incluso no Sistema de Gestão Governamental por Resultado - S2GPR.



É importante observar a mobilização de toda a equipe técnica e de gestores para possibilitar a exposição das informações inerentes à situação econômico-financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com os princípios legais que regem a Contabilidade Pública, a fim de que Sociedade e Governo sejam parceiros na busca de melhores resultados.

Registramos aqui nossos agradecimentos aos gestores e à equipe técnica da SEFAZ, bem como aos diretores financeiros dos órgãos estaduais que com êxito, força e grandeza, concluíram este trabalho com sucesso, a fim de dar publicidade às informações nele contidas.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infra-estrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos nos campos fiscal e tributário.

Por fim, gostaríamos de externar a nossa imensa gratidão aos nossos digníssimos Secretários CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO e JOÃO MARCOS MAIA que nesta gestão deram total apoio e contribuição no cumprimento de nossos deveres ao concluir o Balanço Geral do Estado.

UIZ AS DE MESQUITA  
Coordenador do Tesouro Estadual